



**ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**

Rua Benjamin Constant , Nº 856, Primeiro e segundo piso - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69902-062  
Telefone: - www.sema.ac.gov.br

**Nº 7/2026/SEMA - CEMAF**

**Ata da 1ª Reunião Extraordinária do CEMAF**

**Data:** 23 de abril de 2026

**Horário:** 09h05min.

**Local:** sala de Reunião da SEMA

ID da Reunião: 891 1080 9654 Senha de acesso: 581962

Link <https://us02web.zoom.us/j/89110809654?pwd=yIS9P3MhNnYfKQIQBILzNb0tpuelNZ.1>

**Gravação:** [https://us02web.zoom.us/rec/share/cJEQiP41hrfjUJEGx2veZWsgQe4HaMONZ8cmQN5Dig0Q\\_QjMZJhdQkZD5OZ7NUgY.nzBeeC1p-bvrWviU](https://us02web.zoom.us/rec/share/cJEQiP41hrfjUJEGx2veZWsgQe4HaMONZ8cmQN5Dig0Q_QjMZJhdQkZD5OZ7NUgY.nzBeeC1p-bvrWviU)

**Senha:** 5Gh^+!e7

**Pauta I:** Processo SEI Nº 0820.017205.00083/2026-17 Análise documental Metas do **PROGESTÃO: Formulário de Autodeclaração 2025, Formulário de Autoavaliação 2025 e Desembolso Anual 2025 Progestão Acre.**

**1. Abertura da Reunião.** Renata Silva e Souza presidindo.

**Conselheiros (as) presentes:** 1. Renata Silva e Souza (Presidente SEMA/online); 2. Ivo Péracles dos Santos Sena (IMAC/suplente/online); 3. Josicley de Souza Azevedo (SEAGRI/titular/presencial); 4. Cleyton Teles Contreiras Paiva (ITERACRE/titular/online); 5. Joaquim Clécio Lopes da Silva (SEICT/titular/presencial); 6. Sebastião Santos da Silva (IBAMA/suplente/online); 7. Judson Ferreira Valentim (EMBRABA/suplente/online); 8. Thiago Augusto da Cunha (UFAC/titular/online); 9. Welberlúcio D'Ávila Freitas (AMAC/suplente/online); 10. Antônio Sergioni Freitas de Paiva (FETACRE/titular/online); 11. Marluce Gomes Barlati (FIEAC/titular/online); 12. Camilo Mendes de Oliveira (FAEAC/suplente/online); 13. Ygor Airton Nogueira Nunes (ASPPIBRA/titular/online); 14. Aldione da Silva Lessa (AEFEA/titular/online); 15. Rodorfo Acácio Nobre Fontes (FUNAI/suplente/online); 16. José Marcondes Rosa Puyanawa (AMAAIAC/titular/online).

**Convidados:** 1. Iete Louise de Lima Sanches (IMC), 2. Francislei Pacifico Lima (SEMA); 3. Leonardo Pereira Neto (SEMA); 4. Andreina Giovanna dos Santos Lopes (SEMA)

**Secretaria Executiva :** Steina Ribeiro Cascais.

**Assessoria de Comunicação:** Evander (SEMA/ASCOM).

**Justificativas:** 1. Leonardo das Neves Carvalho (SEMA/titular) em agenda externa; 2. Jaksilande Araújo de Lima e Leonardo Ferreira Lima Filho (IMC); 3. Flaviane Agustini Stedille (AMAC) em agenda organizacional.

**2. Apreciação da memória e ata das reuniões anteriores**

Memória e Ata da 1ª Reunião Ordinária, ocorrida no dia 07 de abril de 2026. Enviado no e-mail dia 17 de abril de 2026. APROVADA.

**3. Informe:**

Processo nº 0820.009796.00046/2025-24. resultado preliminar do Processo Seletivo do CEMAF Edital nº 01/2026.

Habilitados: **Sindicato dos Engenheiros do Estado do Acre – SENGE e Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil e Eletricitários no Estado do Acre – STICCEEA.**

O Sorteio deveria ocorrer dia 30/04/2026, mas em decorrência do ponto facultativo, dia 20/04 e do feriado nacional dia 21/04, o cronograma do edital especifica dias úteis, então, o sorteio acontecerá dia 04/05/2026, sala de reuniões da Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, às 14 horas. Será formalizado a divulgação no site referente a mudança do dia do sorteio, e encaminharemos no email dos participantes e dos conselheiros que queiram acompanhar o seguimento do processo seletivo. O resultado preliminar das entidades habilitadas, não considerou o perfil de atuação convergente com as atribuições da natureza do Conselho Estadual de Meio Ambiente e Floresta - CEMAF, tendo o critério do EDITAL nº1/2026, destinado a 01 (um) representante de entidade do setor produtivo da área de agricultura, indústria ou comércio, representativa dos trabalhadores.

#### **4. Apresentação da Pauta I:** Processo SEI Nº 0820.017205.00083/2026-17, análise documental Metas do PROGESTÃO:

**Steina Ribeiro Cascais/SEMA (Secretaria Executiva):** Bom dia. Obrigada pela presença de todos. Quem vai presidir a reunião é a nossa Secretária Adjunta, Renata Souza.

**Renata Silva e Souza (Presidente/SEMA):** Bom dia a todos. Hoje, tanto o Leonardo quanto eu estamos em agenda externa. O Leonardo está em uma agenda em Brasília, tratando exatamente daquela ação no Supremo, que é relacionada à estruturação do CAR, uma ação envolvendo todos os estados. Então, hoje está ocorrendo uma reunião com o pessoal do Supremo para debater essa temática. Eu estou aqui em um evento, no Encontro Nacional de Políticas Públicas e de Educação Ambiental. Estão todas as comissões de todos os estados presentes para debater e, inclusive, criar o plano de trabalho de maio de 2026 a maio de 2027, para a execução das políticas nacionais de educação ambiental. Então, vou participar da reunião online e, para não nos alongarmos muito, quero dar as boas-vindas. Como a Steina falou, ela vai acompanhar. Declaro aberta esta reunião do dia 23 de abril de 2026, reunião extraordinária do CEMAF, e coloco para aprovação a ata da primeira reunião ordinária, que aconteceu no dia 07 de abril de 2026. Essa ata foi encaminhada para o e-mail de vocês no dia 17 de abril. Geralmente, encaminhamos e damos um prazo de 48 horas ou até a próxima reunião para manifestação. Diante da ausência de manifestação contrária, declaro aprovada a ata da primeira reunião ordinária, realizada no dia 07 de abril. Passando para a ordem do dia, temos duas pautas: uma é informe sobre o processo seletivo, e a outra é a análise documental do Progestão. Abrindo a primeira pauta, referente ao processo nº 0820.009796.00046/2025-24, que trata do resultado preliminar do processo seletivo do CEMAF, Edital 01/2026: esse processo seletivo cumpriu suas etapas, e estamos indo para a última fase. Tivemos dois sindicatos habilitados: o Sindicato dos Engenheiros do Estado do Acre e o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil e Eletricitários do Estado do Acre. Esses dois sindicatos foram habilitados e, no dia 30 de abril, haverá o sorteio. Então, é uma situação, senhores, que gostaria de colocar para reflexão da plenária, dos conselheiros, para uma próxima ocasião. Esse edital foi publicado conforme aprovado em plenário, prevendo que, após a habilitação, haveria o sorteio das instituições interessadas em compor o CEMAF. Entretanto, não foi estabelecido nenhum critério de qualificação. Diante disso, temos uma preocupação de que a habilitação apenas documental não reflita, necessariamente, o nível de qualificação desejado para os debates. Ressalto que estou trazendo esse ponto para pensarmos no próximo edital, talvez com a criação de critérios de qualificação das instituições. Mas, neste caso específico, a intenção é apenas informar a fase atual do processo seletivo. Reforçando: temos os dois sindicatos habilitados: o dos engenheiros e o dos trabalhadores da indústria da construção civil e eletricitários e o sorteio ocorrerá na SEMA, às 14 horas, no dia 30 de abril. Convido a todos a acompanharem.

**Steina Ribeiro Cascais/SEMA (Secretaria Executiva):** Renata, apenas complementando: em decorrência dos feriados dos dias 20 e 21, como o edital e o cronograma consideram dias úteis, teremos uma alteração nessa data. Fiz a verificação agora, e o sorteio, considerando esses feriados, será no dia 05 de maio. Vou encaminhar um e-mail com esse informativo e o convite para participação, bem como para as instituições habilitadas, garantindo transparência quanto à alteração da data em decorrência dos feriados e do ponto facultativo. Então, houve apenas essa alteração.

**Renata Silva e Souza (Presidente/SEMA):** Certo, Steina. Então, corrigindo: o sorteio será no dia 05, às 14 horas, na SEMA, e a Steina encaminhará o comunicado formal.

**Judson Ferreira Valentim (EMBRAPA):** Bom dia, Renata. Fiquei um pouco preocupado com o seguinte: até hoje, em todas as candidaturas que tivemos, nunca foi levantada essa questão de critérios adicionais de qualificação. Fico preocupado porque há dois sindicatos, sendo que conheço um pouco o Sindicato dos Engenheiros, mas não conheço o dos eletricitários. Ainda assim, me pergunto se não há algum risco de prejuízo ou preconceito, pois, agora que dois sindicatos se qualificaram, surge a proposta de criação de critérios adicionais. Gostaria de entender o motivo disso, se há algum questionamento quanto à representatividade ou à qualificação desses candidatos, porque me parece estranho que, em outras candidaturas, inclusive de organizações pouco conhecidas, isso nunca tenha sido levantado.

Sou engenheiro e fico preocupado quando surgem essas propostas de critérios adicionais, quando antes isso não ocorria.

**Steina Ribeiro Cascais (Secretaria Executiva):** No Regimento Interno, temos um critério para escolha das câmaras técnicas de trabalho. Na última revisão, foi estabelecido que, na entrada de novos membros e representantes, haja avaliação do perfil técnico. No contexto atual, também houve um pedido de recomposição do Conselho, com revisão das cadeiras e assentos, processo que já está em andamento. Diante disso, considerando que não analisamos o perfil neste edital.

**Renata Silva e Souza (Presidente/SEMA):** Acho que a pergunta do Judson não foi exatamente essa. Vou responder e depois você complementa, certo? Na verdade, a proposta de criação de critérios em um próximo edital não tem relação com o fato de, neste caso, terem sido sindicatos. Não há qualquer tipo de discriminação ou avaliação negativa dessas instituições. Tanto que seguiremos o que está previsto no edital, que é o sorteio. O que quis colocar é que, conforme a Steina começou a explicar, existe a possibilidade de o Conselho, em editais futuros, estabelecer critérios adicionais. Talvez eu não tenha apresentado isso no momento mais adequado, mas uma coisa não está relacionada à outra. O edital atual prevê habilitação e sorteio. Minha sugestão é que, futuramente, possamos discutir a adoção de critérios, dependendo do tipo de seleção. Mas não tem relação com o fato de agora terem sido dois sindicatos. Podem ficar tranquilos quanto a isso.

**Judson Ferreira Valentim( EMBRAPA):** Gostaria de complementar. Considero excelente a proposta. Aliás, sempre fui contrário a essa sistemática de inscrição com sorteio. Acredito que uma instituição como um Conselho não deve funcionar como uma loteria. Sempre defendi que houvesse critérios. Então, parabéns pela proposta de estabelecer critérios de qualificação das instituições. Talvez, no futuro, esses critérios devam ser voltados à instituição, e não ao representante individual, pois isso pode gerar problemas especialmente em casos de representações indígenas, por exemplo, onde há saberes tradicionais que não podem ser avaliados por critérios formais. Mas, no que se refere às organizações, critérios de representatividade podem contribuir para qualificar melhor o processo. Considero fundamental superarmos essa lógica de sorteio, que, na minha avaliação, foi uma decisão inadequada à época. Lembro que manifestei minha discordância, pois foi uma decisão tomada sem ampla discussão. Então, parabéns pela iniciativa de retomarmos um caminho mais racional e com melhor embasamento para um órgão da importância do Conselho.

**Renata Silva e Souza (Presidente/SEMA):** Perfeito. Estamos aqui para tomar decisões e, se for necessário mudar algo com todos os conselheiros, faremos isso. Vou passar a palavra para o Sebastião, que está com a mão levantada.

**Sebastião Santos da Silva (IBAMA):** Olá, bom dia. Eu queria aproveitar a discussão, pois essa é uma questão que sempre comentei nas reuniões. Também concordo com o Judson que realizar sorteio nem sempre garante a escolha de uma instituição com representatividade. Acho importante estabelecer critérios de qualificação que não sejam apenas documentais, mas que envolvam comprovação de experiência e atuação na área ambiental. Claro que os dois sindicatos podem comprovar isso, não há dúvida. Mas quero manifestar minha concordância quanto à criação desses critérios. Além disso, entendo que o Conselho, por meio do Regimento, poderia estabelecer critérios de desempate. Quando houver empate, mesmo com apresentação de documentação e qualificações, esse critério poderia ser definido pelo plenário do Conselho ou pelo Presidente. O ponto principal é que o sorteio nem sempre seleciona a instituição com maior representatividade. Era isso que eu gostaria de manifestar. Obrigado.

**Renata Silva e Souza (Presidente/SEMA):** Perfeito. Mais alguém gostaria de fazer uso da palavra? Então, como encaminhamento, podemos considerar esse item 1 como informe sobre o processo seletivo. E faço a proposta de incluirmos, em uma próxima reunião, a pauta de revisão dos critérios de seleção de novas instituições, para que possamos criar esses critérios e já aplicá-los em um novo edital. Proponho, então, que esse tema seja incluído na pauta da próxima reunião. Certo.

**Steina Ribeiro Cascais (Secretaria Executiva):** Apenas para concluir, com o preenchimento dessa vaga, completamos os vinte e dois assentos do Conselho. Assim, conseguimos seguir com todas as cadeiras preenchidas e com as representações conforme determina a lei que rege a criação do CEMAF.

**Renata Silva e Souza (Presidente/SEMA):** Perfeito, uma boa notícia. Mas vamos manter essa proposta para trabalharmos futuramente, caso alguma instituição venha a se desligar, não comparecer ou não cumprir os critérios de presença, situações em que seja necessária a sua substituição, conforme previsto na legislação e normatização. Nesse caso, um novo edital já poderá contar com regras atualizadas. Vou passar, então, para a segunda pauta, que é o processo nº 0820.017205.00083/2026-17, referente à análise documental do Progestão. Teremos três documentos a serem apresentados pela Maria Antônia: o formulário de autodeclaração de 2025, o formulário de autoavaliação de 2025 e o desembolso anual de 2025 do Progestão. Lembro que precisamos analisar e aprovar esses documentos, pois isso é uma exigência do programa, dentro de um prazo estabelecido. Passo a palavra para a Maria Antônia, que fará a apresentação dos formulários e do desembolso anual.

**Maria Antônia (DERHQA/SEMA):** Bom dia a todos. Vamos apresentar um relatório referente ao ano de 2025, sobre o cumprimento das metas estaduais. Esse relatório já foi encaminhado aos senhores, incluindo também o

relatório do Progestão no âmbito das metas federativas, cuja avaliação é realizada pela Agência Nacional de Águas. É importante que os senhores tenham conhecimento desses documentos, especialmente porque cabe ao Conselho aprovar a aplicação dos recursos. Também encaminhamos o relatório das capacitações realizadas no âmbito da meta 1.2, que é de cumprimento obrigatório, tanto no nível federativo quanto estadual. O que apresentaremos hoje são as metas do quadro estadual, que precisam ser aprovadas individualmente, conforme metodologia exigida pela Agência. Esse quadro foi pactuado no início, na assinatura do contrato do Progestão, e cabe ao Estado, anualmente, apresentar o cumprimento dessas metas. O Progestão é um programa baseado no cumprimento de metas: ao cumprir as metas, o Estado recebe os recursos. Até 2025, o valor era em torno de R\$ 1.300.000. No entanto, em 2025, não recebemos esse valor integral devido a cortes orçamentários do Governo Federal, recebendo cerca de R\$ 1.000.000. Para este ano, houve novo corte, e o valor deverá ser reduzido para R\$ 700.000. Essa redução decorre do contingenciamento de recursos federais repassados à Agência Nacional de Águas. Será firmado um termo aditivo prevendo essa redução de valores e também de algumas metas estaduais. As metas federativas serão mantidas, mas com redução de valores. Ainda vamos avaliar esse termo aditivo. Em relação à avaliação das metas, trabalhamos com níveis. Para avançar de nível, é necessário cumprir critérios mais complexos. Em 2025, não houve avanço de nível em nenhuma variável, pois os critérios são bastante exigentes. Em alguns casos, já estamos no nível máximo. Atualmente, deveríamos ter cinco variáveis no nível máximo, mas já temos quinze, o que demonstra um bom desempenho. Ainda assim, entendemos que não há condições de avançar para níveis superiores neste momento. Formulário de Autoavaliação. Avaliação das Metas de Gestão de Águas no âmbito do Sistema Estadual. A primeira variável é a organização institucional, composta por oito subvariáveis. Variável 1.1. Organização Institucional, autoavaliação: 4. Estamos no nível quatro, sendo o nível máximo cinco. Mantivemos esse nível porque, por exemplo, a SEMA e o IMAC ainda apresentam limitações em equipe técnica qualificada. Por outro lado, o IMAC possui nova sede, o que contribui para uma estrutura equilibrada. Variável 1.2. Gestão de Processos, autoavaliação: 3, na gestão de processos, estamos no nível três, que é o máximo. Temos fluxos definidos, com uso de sistemas como SEI, SIG e GRP, o que reduz o tempo de tramitação dos processos. Variável 1.3. Arcabouço Legal, autoavaliação: 4, no arcabouço legal, permanecemos no nível quatro. A política estadual de recursos hídricos está alinhada à legislação estadual, especialmente à Lei nº 1.500, de 15 de julho de 2003. Quando necessário, utilizamos também o arcabouço federal. Variável 1.4. Conselho Estadual de Recursos Hídricos, autoavaliação: 4. Variável 1.5. Comitês de Bacias e Outros Organismos Colegiados, autoavaliação: 2. Variável 1.6. Agências de Água ou de Bacia ou Similares. Na articulação institucional, mantivemos o nível quatro, que é o máximo. Em 2025, realizamos reuniões com a Defesa Civil, órgãos estaduais e municipais, além de instituições do Peru e da Bolívia, visando ao planejamento estratégico da gestão de recursos hídricos. Essas ações envolveram, por exemplo, a Defesa Civil municipal de Rio Branco e a estadual, abrangendo toda a bacia do rio Acre, com foco em períodos de seca e cheia. Variável 1.7. Comunicação Social e Difusão de Informações, autoavaliação: 3. Variável 1.8. Capacitação, autoavaliação: 3, na área de comunicação e capacitação, permanecemos no nível três, que é o máximo. Mantivemos os boletins da Sala de Situação e realizamos treze cursos ao longo de 2025, capacitando técnicos e gestores municipais. Considerando o tempo, podemos, se os senhores concordarem, iniciar a aprovação das metas, seja uma a uma ou em conjunto. Variável 1.9. Articulação com setores usuários e transversais, autoavaliação: 4.

**Judson Ferreira Valentim (EMBRAPA):** Acho que é o terceiro ou quarto ano que, quando esses documentos são submetidos, temos reiteradamente solicitado um relatório mais estruturado. O que nos é encaminhado é uma planilha de receitas e despesas, com um montante significativo. Foi mencionada agora uma pequena informação sobre treze cursos realizados, mas não sabemos o que foi feito com o recurso: quantas pessoas foram capacitadas, onde ocorreram as capacitações, entre outros detalhes. Analisei os documentos encaminhados e o que consta é um formulário de autodeclaração, dois formulários e uma planilha. Considero isso insuficiente para que o Conselho possa avaliar e aprovar uma prestação de contas sem um relatório qualificado, que demonstre o uso dos recursos e seus impactos. Essa solicitação já foi feita em anos anteriores, mas não foi atendida. Continuamos no mesmo processo. Inclusive, discordo parcialmente de algumas dessas avaliações, pois me parece que essa ausência de relatório caracteriza uma deficiência da instituição responsável pela gestão dos recursos hídricos. Além disso, frequentemente esses documentos são apresentados ao Conselho em cima da hora. Em anos anteriores, fomos chamados, por exemplo, em dezembro, para aprovar algo que precisava ser fechado no exercício. Portanto, se não houver urgência, gostaria que recebêssemos um relatório mais qualificado antes de aprovar esse processo, pois a Secretaria Executiva vem reiteradamente não atendendo essa solicitação.

**Maria Antônia (DERHQA/SEMA):** Professor, nós enviamos dois relatórios. Encaminhamos o relatório do Progestão, que detalha todas as metas no âmbito federativo. O que não enviamos foram os anexos, que são bastante extensos, compostos principalmente por planilhas, como as que são encaminhadas à Agência Nacional de Águas. No dia seguinte ao envio dos formulários, encaminhamos também um relatório, o mesmo que enviamos à Agência detalhando a aplicação dos recursos, além de um relatório das capacitações, contendo municípios, número de participantes e temáticas trabalhadas.

**Judson Ferreira Valentim (EMBRAPA):** Estou com o e-mail aberto aqui, do dia 16 de abril, mas não há anexos.

**Steina Ribeiro Cascais (Secretaria Executiva):** Está acima, professor. No primeiro e-mail que contém os dados da Maria Antônia. Quando o anexo é encaminhado, ele aparece no primeiro e-mail recebido, que contém as informações dela, assunto: relatório progestão e de apacitação, enviado em 16 de abr. de 2026, 14:53. (SEI Nº 0020472945).

**Judson Ferreira Valentim (EMBRAPA):** Então a falha pode ter sido minha. Porém, verifiquei vários e-mails e não encontrei esse relatório. Se os demais conselheiros receberam, tudo bem, mas eu não consegui localizá-lo no meu e-mail.

**Renata Silva e Souza (Presidente/SEMA):** Mostre um pouco para ele do relatório que foi encaminhado.

**Judson Ferreira Valentim (EMBRAPA):** Você poderia me informar a data e o horário do e-mail? Assim consigo localizar aqui. Gostaria de verificar o relatório posteriormente.

**Steina Ribeiro Cascais (Secretaria Executiva):** Um momento, doutor Judson, já vou verificar para o senhor.

**Camilo Mendes (FAEAC):** No meu caso, também não recebi os anexos no e-mail.

**Aldione Lessa (AEFEA):** Olá, bom dia. Sou o Aldione, da AEFEA. Recebi o e-mail no dia 16, como o Judson mencionou, mas o relatório completo também não recebi. Recebi apenas um material simplificado e a pauta. Gostaria que verificassem os remetentes, pois não estou localizando esse e-mail.

**Judson Ferreira Valentim (EMBRAPA):** Recebi apenas o primeiro e-mail informando que seria encaminhado, mas não há anexo no meu e-mail.

**Renata Silva e Souza (Presidente/SEMA):** Mais alguém não recebeu esse anexo? Nesse caso, farei uma proposta.

**Steina Ribeiro Cascais (Secretaria Executiva):** Renata, a verificação indica dois e-mails: um do dia 17 e outro do dia 18. O do dia 18 contém o relatório das atividades, que corresponde à apresentação atual, e é justamente esse documento que alguns informam não ter recebido.

**Renata Silva e Souza (Presidente/SEMA):** Um momento, vamos organizar. Diante desse imprevisto, temos duas possibilidades: a Maria Antônia pode seguir com a apresentação, pois ela mencionou que mais adiante esclarecerá essas informações, ou podemos suspender para reenvio por e-mail e nova análise. Entendo que suspender pode prejudicar o andamento. Então, proponho que a Maria Antônia faça a apresentação e que realizemos a análise durante a reunião, se todos concordarem.

**Judson Ferreira Valentim (EMBRAPA):** Concordo com a apresentação. Ao final, sugiro que se verifique se os conselheiros se sentem suficientemente informados para avaliar e aprovar.

**Renata Silva e Souza (Presidente/SEMA):** Certo, podemos proceder dessa forma.

**Maria Antônia (DERHQA/SEMA):** Caso considerem mais adequado, posso inverter a ordem da apresentação e iniciar pelo detalhamento financeiro, seguido das ações. Assim, já teríamos uma visão do uso dos recursos. Ou posso manter a ordem original. O que preferem?

**Judson Ferreira Valentim (EMBRAPA):** Sugiro que mantenha a estrutura original da apresentação.

**Maria Antônia (DERHQA/SEMA):** Então, ao final, detalharei a aplicação dos recursos e reenviaremos o relatório completo ao senhor.

**Renata Silva e Souza (Presidente/SEMA):** Mesmo que a aprovação ocorra hoje, enviaremos novamente os arquivos para todos. Isso é importante.

**Maria Antônia (DERHQA/SEMA):** Certo. Retomando, conforme mencionado, o primeiro eixo trata da organização institucional consolidada. Precisamos aprová-lo. Minha proposta é que a aprovação seja feita por eixo, para maior agilidade. Nos anos anteriores, as reuniões chegaram a durar mais de três horas. Tentamos simplificar a apresentação para facilitar esse processo. Assim, respondemos dúvidas e avançamos por eixo. Os senhores têm em mãos o formulário de autoavaliação, onde constam os critérios de cada nível. Como já mencionado, não houve mudança de nível em 2025. Mantivemos os níveis anteriores, inclusive porque alguns já estão no nível máximo. Em 2025, a meta era atingir cinco variáveis no nível máximo, mas já temos quinze nesse nível. Caso haja dúvidas sobre este primeiro eixo, fico à disposição.

**Judson Ferreira Valentim (EMBRAPA):** Essa autoavaliação é feita pela própria SEMA, correto? Ou seja, é uma autoavaliação institucional.

**Maria Antônia (DERHQA/SEMA):** Envolve toda a estrutura. A autoavaliação é realizada pelas instituições responsáveis pelo cumprimento das metas, como IMAC, Defesa Civil e SEMA. Em alguns casos, também contamos com a participação da PGE, quando há ações relacionadas.

**Judson Ferreira Valentim (EMBRAPA):** Para o próximo ano, sugiro que essa autoavaliação seja encaminhada juntamente com o relatório. Assim, poderemos analisá-la previamente e já trazer eventuais questionamentos ou concordâncias. Não quero parecer insistente, mas você sabe que eu gosto de ler a documentação. Gosto de contribuir com o Conselho. Para mim, é muito importante representar a Embrapa no Conselho, e sempre procuro fazer com que essa participação seja efetiva e construtiva. Então, fica como sugestão que, na próxima vez, recebamos também essa autoavaliação previamente, lembrando o que compreende cada item, para que possamos contribuir da melhor forma possível. Caso contrário, o Conselho acaba ficando muito passivo, tornando-se algo mais burocrático.

**Maria Antônia (DERHQA/SEMA):** E eu vou até além da sua sugestão, que é muito pertinente. Alguns estados já adotam a prática de incluir os conselheiros no momento da autoavaliação, permitindo que participem da reunião e contribuam com a coleta das informações sobre o que foi realizado ao longo do ano, para chegar ao resultado de evolução ou não conforme o formulário. Esse formulário é encaminhado pela Agência Nacional de Águas para que a equipe realize a autoavaliação quanto ao cumprimento das metas. No entanto, a participação do Conselho não é vedada, tanto que trazemos esse material para apreciação dos senhores. No formulário que enviamos, é possível clicar em cada item e verificar o que representa cada nível. Por exemplo, em “organização institucional”, é possível visualizar o nível em que nos encontramos e o que ele exige. Os critérios são fixos, variando do nível um ao nível quatro, e cada nível possui exigências específicas. O objetivo é verificar o que o Estado já possui e o que avançou. Inclusive, destacamos em verde os avanços de 2025, para facilitar a leitura.

**Sebastião Santos da Silva (IBAMA-AC):** Pessoal, gostaria apenas de dar um informe, até para esclarecer a situação. Verifiquei aqui minha caixa de e-mail e o e-mail com o relatório e demais documentos foi enviado no dia 14/04, às 15h47. Está tudo aqui.

**Renata Silva e Souza (Presidente/SEMA):** Então, por favor, verifiquem seus e-mails.

**Judson Ferreira Valentim (EMBRAPA):** Realmente, está aqui no dia 14. Constatei agora.

**Renata Silva e Souza (Presidente/SEMA):** Perfeito. Então, Maria Antônia, podemos continuar?

**Maria Antônia (DERHQA/SEMA):** Então, vamos combinar de aprovar por eixo, para evitar retornos posteriores. Tiramos as dúvidas e já deliberamos pela aprovação ou não de cada eixo, pois preciso desse encaminhamento.

**Renata Silva e Souza (Presidente/SEMA):** Na pauta, Maria Antônia, está organizado por formulário, correto? O formulário de autodeclaração seria colocado para aprovação.

**Judson Ferreira Valentim (EMBRAPA):** Renata, eu abri o relatório aqui, mas o meu documento tem apenas cerca de seis páginas e não apresenta resultados. Contém apenas identificação da instituição e uma conclusão. Poderiam me enviar novamente o relatório completo?

**Renata Silva e Souza (Presidente/SEMA):** De qualquer forma, o material será reenviado por e-mail. Vamos dar continuidade à apresentação, está bem? Maria Antônia, vamos seguir conforme a pauta, aprovando por formulário. Ao final do formulário de autodeclaração, colocamos para votação. Você apresenta todo o formulário de autodeclaração, e nós o votamos ao final.

**Maria Antônia (DERHQA/SEMA):** Certo, melhor assim. Caso tenham dúvidas, podem interromper, por favor. Este eixo trata da governança participativa e aborda a questão do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Como os senhores sabem, é uma pauta recorrente. Ainda não conseguimos avançar. Temos a minuta de criação do Conselho elaborada, bem como a minuta do Regimento Interno. No entanto, dependemos de análise da PGE para emissão de parecer favorável à criação do Conselho. Em 2026, pretendemos reencaminhar esses documentos para nova análise, pois, na última avaliação, o entendimento foi de que não era pertinente a criação de comitês, já que existiria o Conselho. Variável 1.4. Conselho Estadual de Recursos Hídricos, autoavaliação: 4, assim, não houve avanço, e permanecemos no nível quatro, o mesmo de 2024. Variável 1.5. Comitês de Bacias e Outros Organismos Colegiados, autoavaliação: 2, quanto aos comitês de bacia, o nível máximo é o nível quatro, e atualmente estamos no nível dois. Isso ocorre porque não há comitês de bacia implementados no Acre. O que estamos fazendo como Estado é promover capacitações para a formação desses comitês. Em 2025, realizamos um curso, estava previsto realizar dois, em Cruzeiro do Sul e Tarauacá, mas foi realizado apenas em Tarauacá. Esse curso tem como objetivo mobilizar a sociedade para compreender a importância dos comitês de bacia ou de outros organismos, como associações de usuários de água e conselhos gestores. O curso busca explicar para que serve o comitê e qual sua importância. Mesmo assim, não consideramos isso como avanço, pois, para atingir o nível três, seria necessário já haver comitê instituído. Portanto, permanecemos no nível dois. Variável 2.1. Balanço Hídrico, autoavaliação: 3. Variável 2.2. Divisão Hidrográfica, autoavaliação: 3. Variável 2.3. Planejamento Estratégico, autoavaliação: 4.

**Judson Ferreira Valentim (EMBRAPA):** Tenho uma questão sobre isso. Entendo que, se estão sendo realizadas capacitações e não há resultado, pode ser que a estratégia ou a seleção dos participantes não esteja adequada. Talvez não seja o momento de aprofundar, mas acredito que valha a pena discutir posteriormente: quem são os participantes dessas capacitações? São lideranças? São pessoas engajadas? Talvez seja necessário revisar o processo de seleção ou de mobilização dos participantes. Caso contrário, continuaremos realizando capacitações sem avanço, repetindo o

processo sem perspectiva de sucesso. Sugiro que se avalie tanto a metodologia do curso quanto o perfil dos participantes, para identificar onde está o problema e corrigi-lo.

**Maria Antônia (DERHQA/SEMA):** Concorde, professor. Temos tido esse cuidado. Na verdade, iniciamos esse processo de mobilização para formação de organismos de bacia em 2025. No caso de Cruzeiro do Sul, houve uma demanda do Ministério Público questionando a ausência de comitês de bacia na região. E a nossa resposta foi que a criação desses comitês não é uma iniciativa unilateral do Estado, mas uma demanda social. Por isso, entendemos que é necessário capacitar as pessoas para que compreendam a importância desses organismos e passem a demandar sua criação. Como essa demanda ainda não surgiu de forma espontânea, decidimos levar a informação até essas comunidades, explicando a função e a relevância dos comitês. Os participantes são selecionados com base no tripé que compõe os comitês: sociedade civil, poder público (nas três esferas) e usuários da água. Assim, buscamos envolver associações, universidades e outros atores locais da bacia. Reconhecemos que ainda precisamos avançar na mobilização. Foi apenas o primeiro curso, e um único curso ainda não é suficiente para gerar organização social. Há, por exemplo, uma iniciativa do TCE que já dura quase três anos para a formação do Comitê do Igarapé São Francisco, mas enfrenta dificuldades devido ao baixo engajamento social e institucional.

**Judson Ferreira Valentim (EMBRAPA):** Tenho uma sugestão prática. Talvez seja interessante analisar experiências de outros estados, especialmente na Amazônia, onde a implementação desses comitês tenha avançado. Se houver casos de sucesso, poderíamos identificar quais estratégias foram adotadas e avaliar a possibilidade de replicá-las aqui. Isso pode evitar retrabalho e aumentar a efetividade das ações, com baixo custo, basicamente por meio de troca de informações.

**Maria Antônia (DERHQA/SEMA):** Concorde, é uma boa sugestão. Há experiências interessantes, como no Tocantins, onde os comitês atuam fortemente na gestão, inclusive em ações de recuperação de nascentes e matas ciliares. Por outro lado, há estados da Amazônia Legal com pouca ou nenhuma implementação, como Amapá e Roraima. O Amazonas possui iniciativas ainda incipientes, e Rondônia tem experiências associadas às usinas. Um grande desafio é a sustentabilidade financeira dos comitês, pois eles necessitam de recursos para funcionamento. Recentemente, conhecemos uma experiência no Amazonas, no Igarapé do Quarenta, onde a iniciativa privada tem contribuído para a formação do comitê, mesmo sem recursos públicos diretos. Ainda estamos analisando melhor esse modelo.

**Judson Ferreira Valentim (EMBRAPA):** Uma dúvida: parte dos recursos do Progestão poderia ser destinada, mesmo que de forma limitada, para apoiar a estruturação inicial desses comitês? Um pequeno recurso poderia auxiliar em reuniões ou atividades iniciais, facilitando a organização. Vi na planilha valores significativos, e gostaria de entender se seria possível alocar parte desses recursos para esse fim, ao identificar interesse na criação de um comitê.

**Maria Antônia (DERHQA/SEMA):** Em 2022, quando aprovamos o quadro de metas, já foi definido em que os recursos seriam utilizados. Assim, no caso dos comitês, não podemos investir diretamente, pois o programa não permite. O Progestão é um programa com metas previamente estabelecidas e não autoriza a utilização de recursos destinados a essas metas para investimento em comitês de bacia.

**Renata Silva e Souza (Presidente/SEMA):** Apenas para esclarecer a dúvida do Judson e complementar a fala da Maria Antônia: todo esse processo de estudo e capacitação que está sendo realizado segue a lógica que você mencionou, Judson. Esse intercâmbio de informações com outros estados já vem sendo feito pela equipe de recursos hídricos há algum tempo. Eu mesma estive em Brasília e em outros estados conhecendo experiências, assim como a Maria Antônia e o Diretor Erisson. Sua colocação é muito pertinente. No entanto, temos limitações específicas do Progestão, não de outras políticas públicas. Além disso, a atuação do TCE, com estudos e iniciativas voltadas à gestão das bacias, também contribui para esse processo. Mesmo assim, percebemos que não se trata de um problema pontual. O próprio TCE tem apontado a necessidade de qualificação e capacitação das comunidades. Ou seja, a situação é mais complexa do que aparenta, e o primeiro passo tem sido justamente a conscientização e capacitação. Sua sugestão é válida, e podemos pensar em outras políticas públicas do Estado, além do Progestão.

**Judson Ferreira Valentim (EMBRAPA):** Eu ia sugerir exatamente isso. Acredito que o Estado dispõe de outros recursos, como Fundo Amazônia ou outras fontes, que poderiam ser utilizados para apoiar a criação desses comitês. Venho de Minas Gerais e conheço experiências bem-sucedidas. No Vale do Rio Doce, por exemplo, os comitês funcionam de forma efetiva. Acho que alocar algum recurso para apoiar a organização da comunidade seria um bom investimento público. Mesmo que não seja via Progestão, poderia ser por outras fontes. Se conseguirmos implementar ao menos um comitê funcional no Estado, ele pode servir de referência para outros municípios, facilitando a replicação.

**Maria Antônia (DERHQA/SEMA):** Tivemos uma consultoria recente, realizada por uma equipe da Colômbia e da Bolívia, que elaborou um estudo sobre a criação de comitês de bacia na bacia do rio Acre. Participamos das discussões, e o documento está em fase final. Em breve, ele será compartilhado com os senhores. Esse estudo traz um levantamento das necessidades, gargalos e entraves para a formação de comitês, além de perspectivas e

alternativas de financiamento para sua manutenção. Acreditamos que, em cerca de um mês, o documento estará finalizado. Podemos seguir?

**Renata Silva e Souza (Presidente/SEMA):** Sim, podemos.

**Maria Antônia (DERHQA/SEMA):** O próximo eixo é o Plano Estadual de Recursos Hídricos. O nível máximo é cinco, e estamos no nível cinco, com 62% das metas implementadas. Variável 2.4. Plano Estadual de Recursos Hídricos, autoavaliação 5. A revisão do plano já foi iniciada, com a realização de oficinas municipais, foram realizadas 22 oficinas, restando apenas uma, que envolverá Brasil e Bolívia, na região de fronteira. Estamos em fase de contratação da empresa responsável. Sete empresas participaram do processo, que já foi avaliado, aguardando agora a divulgação do resultado final pela CPL. Essa atualização incluirá um novo balanço hídrico do Estado, pois a atual data de estudos iniciados entre 2006 e 2008, com o plano lançado em 2012. O novo plano terá horizonte até 2040, alinhado ao Plano Nacional de Recursos Hídricos. Também serão elaborados cenários futuros até esse período. Quanto à divisão hidrográfica, estamos no nível três, pois, embora existam seis unidades de gestão, ainda é necessário regulamentá-las e codificar a base estadual. Em relação aos estudos especiais de gestão, estamos no nível três (máximo é quatro). Realizamos, por exemplo, um diagnóstico do Igarapé Bahia, que foi utilizado em 2024 para transposição de água em situação emergencial, para abastecimento de Epitaciolândia. Esse estudo considerou o lado brasileiro e incluiu articulação com a Bolívia, visando um diagnóstico integrado. Também realizamos estudos sobre eventos de mortandade de peixes. Em 2025, houve quatro ocorrências que demandaram deslocamento de equipes, inclusive com uso de helicóptero, para coleta de dados e emissão de notas técnicas. Essas situações exigem respostas rápidas à população, que muitas vezes fica insegura quanto ao uso da água. Em alguns casos, a causa foi a redução de oxigênio; em outros, como no Jordão, foi o aumento da temperatura da água. Esses estudos são considerados no cumprimento das metas estaduais do Progestão. Sobre lacunas, como os planos de bacia, estamos no nível um, pois o Estado ainda não elaborou nenhum plano. Variável 2.5. Planos de Bacias, autoavaliação: 1. Variável 2.6. Enquadramento, autoavaliação: 2, quanto ao enquadramento dos corpos d'água, estamos no nível dois, sem avanço. Trata-se de um instrumento complexo, que exige monitoramento contínuo da qualidade da água. Na Amazônia, de modo geral, esse instrumento ainda é pouco implementado. O Mato Grosso iniciou esse processo, mas enfrenta dificuldades. Inclusive, há grupos de estudo buscando metodologias mais adequadas à região. Trata-se, inclusive, do instrumento de gestão menos implementado no país. Alguma pergunta até aqui?

**Camilo Mendes (FAEAC):** Gostaria de esclarecimentos sobre a contratação da empresa que realizará o estudo do balanço hídrico. Os critérios utilizados são definidos pelo CONAMA ou são critérios locais? Como será o processo de elaboração?

**Maria Antônia (DERHQA/SEMA):** Você se refere ao balanço hídrico?

**Camilo Mendes (FAEAC):** Sim. Considerando que muitas políticas públicas serão baseadas nesse estudo, gostaria de entender como foram definidos os critérios, já que o processo está em fase de contratação.

**Maria Antônia (DERHQA/SEMA):** O estudo irá atualizar o balanço existente, considerando novas demandas. Trata-se da análise da disponibilidade e da demanda de água no Estado. Ou seja, será avaliado quanto de água existe no território e quanto está sendo utilizado, considerando fatores como crescimento populacional, expansão agropecuária e mudanças climáticas. Esse estudo é fundamental para subsidiar decisões, como concessão de outorgas, garantindo maior segurança na gestão dos recursos hídricos.

**Camilo Mendes (FAEAC):** Entendi. Minha dúvida é especificamente sobre os critérios utilizados nesse estudo.

**Judson Ferreira Valentim (EMBRAPA):** Complementando, no estudo anterior havia questionamentos sobre os indicadores utilizados, como água verde, azul e cinza, muitas vezes baseados em realidades diferentes da nossa. Isso pode gerar distorções, especialmente considerando que a pecuária é uma atividade predominante no Estado. Sugiro que esses indicadores sejam avaliados pelo Conselho ou por câmara técnica, para garantir que reflitam a realidade local. Caso contrário, corre-se o risco de produzir resultados que não correspondam à realidade.

**Maria Antônia (DERHQA/SEMA):** Esses aspectos estão previstos no termo de referência, que define a metodologia a ser utilizada. Posso apresentar esses detalhes em outra oportunidade, se necessário.

**Renata Silva e Souza (Presidente/SEMA):** Apenas para complementar: as colocações serão registradas em ata. No entanto, peço que tentemos nos ater à pauta do dia. As sugestões poderão ser tratadas em reuniões futuras.

**Judson Ferreira Valentim (EMBRAPA):** Concorro, mas ressalto a importância de acompanhar esses processos desde o início, para evitar questionamentos posteriores e possíveis prejuízos.

**Maria Antônia (DERHQA/SEMA):** Esses pontos estão previstos no termo de referência, publicado em 2025. Variável 2.7. Estudos Especiais de Gestão, autoavaliação 5. O próximo eixo é monitoramento e informação. Variável 3.3. Monitoramento Hidrológico, autoavaliação 4. Realizamos monitoramento hidrometeorológico, com manutenção anual das estações e operação da rede estadual de alerta hidrológico. Está prevista a instalação de oito novas plataformas em 2026, definidas em conjunto com as defesas civis municipais. Devido à redução de recursos do Progestão, será necessário buscar apoio do Governo do Estado para manutenção futura da rede.

**Josicley de Souza Azevedo (SEAGRI):** Há possibilidade de parceria com prefeituras para manutenção, considerando a proximidade e redução de custos?

**Maria Antônia (DERHQA/SEMA):** Para instalação, sim. Optamos por realizar com equipe própria, em parceria com a Defesa Civil e os municípios, reduzindo custos. Para manutenção, no entanto, é necessário pessoal especializado, pois envolve equipamentos técnicos e sensores. A equipe atual já recebeu diversas capacitações para realizar esse trabalho.

**Renata Silva e Souza (Presidente/SEMA):** Deixa-me só complementar aqui que essa questão da discussão de entrar no orçamento do Estado, a gente está fazendo a conversa com a Seplan. Como a Maria Antônia falou antes, não tinha essa previsão. A gente está trabalhando para ter, e é muito bem colocado fazer parceria com a prefeitura. Nós estamos, sim, fazendo parceria com as prefeituras, como a Maria Antônia já falou, inclusive através de termos de cooperação, mas, de qualquer forma, a gente não pode contar só com as parcerias. A gente precisa ter isso no orçamento do Estado. Então, isso é uma discussão que está sendo levada para a SEPLAN, para que a gente possa ver realmente quais são as possibilidades e o tamanho disso que a gente pode ter dentro do Estado. Porque, como a Maria Antônia falou, a gente não tem uma equipe técnica dentro da SEMA exclusivamente que possa fazer manutenção e comportar toda essa estrutura. Então, a gente, claro, vai depender das outras instituições, até porque a gente está falando de uma ação de governo e não de uma secretaria. Então, só para deixar claro que a gente está trabalhando dentro do orçamento do Estado, mas também está pensando nas parcerias com a prefeitura.

**Judson Ferreira Valentim (EMBRAPA):** Eu só queria dizer o seguinte: não sei se vocês estão sabendo, mas o INMET descentralizou a atuação dele e criou escritórios estaduais. Aqui no Acre tem uma pessoa, o Antônio, do IFAC, que está hoje como coordenador do escritório local. Ele, infelizmente, está meio que sem espaço e tal. Eu tive uma reunião com ele na semana passada. Aí estou falando com o coordenador lá da Câmara Técnica do Agronegócio, porque interessa essa questão que está sendo discutida, que interessa muito ao setor produtivo. Por quê? Porque, quando você tem alagação ou seca, o setor produtivo precisa de dados oficiais para atuar junto às instituições bancárias, no sentido de exercer o processo do seguro agrícola. Então, há uma demanda do setor produtivo de ampliar a rede de estações meteorológicas etc. Para vocês terem uma ideia, eu olhei ontem no mapa das estações que estão no Acre, pelo menos aquelas que estão na base de dados lá do INMET: das três ou quatro só de Rio Branco, a que está na UFAC é a que está ativa e funcionando. Ele tem hoje sensores, recursos para recuperar as outras três ou quatro que estão meio inativas. Ele vai, inclusive, o Fórum deve acionar o Estado para ver se o Estado pode dar apoio logístico, mas há uma demanda para mais dez. Então, eu ia propor, Renata, que, de repente, a gente pudesse talvez fazer um esforço entre a SEMA, o INMET e outras instituições para a gente dar uma discutida conjunta sobre isso, ver o que tem, como é que a gente pode fazer para organizar melhor. Porque eu acho que é como você disse: se a gente atuar de forma integrada e organizada, a gente vai conseguir ter uma rede de dados maior, que vai atender à demanda da Defesa Civil, à demanda do setor produtivo etc. Então, eu queria aproveitar a oportunidade já para deixar isso na pauta da SEMA, para a gente conversar depois. Ele está precisando, inclusive, de espaço para trabalhar, porque lá na superintendência não tem. Está ocupando hoje a superintendência do Ministério da Agricultura, do MDA, do Ministério da Pesca. Então, não tem espaço para ele. Estamos tentando ver se consegue lá na UFAC ou em algum outro lugar. Mas eu acho que essa seria uma pauta interessante, porque aí temos mais um ator para colaborar nesse processo.

**Maria Antônia (DERHQA/SEMA):** A gente tem a qualidade de água, Variável 3.4. Monitoramento de Qualidade de Água, autoavaliação:4, a gente está no nível máximo, que é quatro e nós estamos no quatro, porque a gente realiza regularmente as quatro campanhas de monitoramento nos dezessete pontos estabelecidos da rede estadual. Esse ano também tem: os técnicos do monitoramento da qualidade da água estão fazendo parte de um grupo para definição de um novo IQA para rio amazônico. Então, formou-se um grupo com pessoas da área de monitoramento da qualidade da água dos nove estados da Amazônia, com o apoio da Universidade Estadual do Amazonas (UEA). Então, a nossa equipe também está fazendo parte desse grupo de estudo e nós vamos, neste ano de 2026, publicar o boletim da qualidade da água, que a gente nunca publicou. A gente tem todos os dados em planilha, a gente coloca isso nos bancos da Agência Nacional de Águas, mas nunca fizemos uma publicação dos boletins da qualidade da água dos nossos rios. Então, este ano, a gente está organizando para fazer essa publicação. E cadastro de usuário, eu vou passar para o Luiz Carlos comentar, que é muito mais lá do IMAC do que daqui da SEMA.

**Luís Carlos/IMAC:** Bom dia. Eu sou o Luiz, do IMAC. Eu sou da Divisão de Outorga e a gente está junto nesse projeto. O cadastro de usuário, na verdade, é uma exigência dentro do Progestão. Ele entra como uma meta estadual, uma variável de meta estadual, Variável 3.5. Sistema de Informações, autoavaliação:3. E o que a gente tem feito anualmente é inserir, dentro desse cadastro nacional, que é o Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CENARH), todo mundo já ouviu falar, a gente insere todos os usos regularizados nesse sistema. Esse é o nosso compromisso anual. A gente tem como meta a inserção de 100% de todas as outorgas emitidas e certidões de dispensa dentro desse sistema. A gente poderia ter um sistema estadual, mas o próprio regulamento estadual nos deu essa possibilidade, abriu esse espaço para a gente. Em caso de não ter um sistema estadual, a gente poderia adotar o sistema nacional, que foi o que nós fizemos. Em 2024, a gente conseguiu emitir 1.582 atos de regularização, contando com as outorgas e todas as certidões de dispensa, que são em maior número, e a gente lançou todos eles no

cadastro nacional até 31 de janeiro de 2026, que é a data limite. E hoje a gente já conta com 11.989 usuários cadastrados dentro do sistema do CNARH. Alguém tem alguma pergunta sobre essa variável? Sistema de informações. A nossa legislação prevê um sistema único, que está nomeado como SIRENA (Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos no Acre), na Lei Estadual de Recursos Hídricos nº 1.500, de 15 de julho de 2003. Na verdade, a gente ainda não tem um sistema unificando, agregando todos esses dados, mas nós temos esses dados de gestão com relação a todos os instrumentos que a gente já conseguiu implementar: a outorga, o plano, enfim. Todos são divulgados tanto pela SEMA quanto pelo IMAC, na página institucional. Se alguém tiver interesse, inclusive em baixar os dados de outorgas emitidas, não só dados de uso dos usuários, coordenadas, mas também dados de vazão outorgada, volume outorgado no Estado, tem como fazer filtro. Essa planilha está disponibilizada no formato CSV no site do IMAC, na parte de transparência, e a gente vai ficar atualizando essa planilha semestralmente. Então, a SEMA e o IMAC divulgam todos os dados gerados, boletins etc., e o IMAC também, por sua vez, está divulgando. E uma coisa interessante a se falar também é que esses dados de outorga, por exemplo, e outros dados de gestão de todo o país, estão divulgados no Hidro Web. Lá tem um campo para consulta pública. Então, quem tiver interesse pode baixar todos os dados de vazão das plataformas ao longo dos rios do Estado. E também tem os dados de atos de regularização emitidos de uso da água. Então, o portal tem essa possibilidade de você chegar lá no Hidro Web e baixar todos esses dados. O IMAC também é responsável pela parte de segurança de barragens. Então, hoje nós temos a equipe atuando nessa área e nós alimentamos um outro sistema, que não é o CNARH: é o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB). Então, lá são inseridos todos os dados de barragens regularizadas, mapeadas, classificadas em relação ao dano potencial associado e em relação à categoria de risco. Então, lá tem todos os dados de barragens, e esses dados também são abertos ao público. Você pode baixar a planilha que está disponível no site e trabalhar esses dados, quem tiver interesse.

**Maria Antônia (DERHQA/SEMA):** essa plataforma foi lançada em 2025. Ela é uma ferramenta de apoio à gestão e à decisão, que integra dados climáticos, hidrológicos e sociais para prever e mapear os impactos das enchentes e das secas no Estado. Também permite identificar antecipadamente, para que o Estado possa se preparar para esses eventos extremos. Se a secretária quiser complementar, acho que ela foi lançada em 2025.

**Renata Silva e Souza (Presidente/SEMA):** A **Plataforma Acre Climate** (também referida como plataforma do clima foi apresentada pelo Governo do Estado do Acre em parceria com a empresa **Codex**) a gente lançou, inclusive, na Semana do Clima de Nova York, junto com a Codex, que é a responsável financiadora do projeto. E foi a nossa governadora Mailza que fez o lançamento. O Climate, na verdade, é uma plataforma que hoje está em seis municípios. Qual é a função da plataforma? É que a gente consiga projetar e simular inundações. Então, a gente teve aquela situação de 2023, onde, fora as cheias dos rios, a gente teve a questão dos córregos e dos igarapés. Então, ele projeta dentro de um bairro, dentro de uma comunidade: se o rio estiver a tantos metros, em que região vai alagar. Assim, a Defesa Civil, o Corpo de Bombeiros e o gabinete de crise do Estado conseguem atuar de forma preventiva. Claro que foi feita a entrega da primeira fase dessa plataforma. Agora nós estamos fechando uma nova parceria para um novo recurso, para continuar esses estudos. Então, a gente tem um mapeamento georreferenciado que foi feito através do SIGMA e também através do Cadastro Único, pela Secretaria de Assistência Social, para ver a questão também dos moradores daquelas áreas. Então, foi feita essa primeira fase do projeto, onde a gente já consegue trabalhar de forma preventiva, por enquanto de forma interna. Um questionamento que é feito bastante é: “a comunidade, o morador do bairro X consegue entrar no site e projetar o rio?”. Por enquanto, não. Ele é uma plataforma de gestão de governo, de administração pública. Então, é para a gente poder atuar de forma preventiva. Estamos trabalhando nas demais etapas desse sistema.

**Judson Ferreira Valentim (EMBRAPA):** Assim que você mencionou, eu entrei na plataforma. Estou olhando, parece bem interessante. Quero parabenizar. Depois eu vou entrar e ver como é que eu posso me beneficiar desses dados. Aqui está interessante. Eu olhei e tem realmente um mapa aqui: Rio Branco, Xapuri, Brasília, Epitaciolândia aparecem, inclusive, já com as manchas e áreas possivelmente inundáveis. Então, achei bem interessante.

**Luís Carlos (IMAC):** Com relação a essa variável de suporte à decisão, Variável 3.7. Modelos e Sistemas de Suporte à Decisão, autoavaliação: 2, a gente tentou implementar um sistema, e a gente até fez um contato com a UFAL (Universidade Federal de Alagoas), porque eles têm um sistema muito bom de outorga. Na verdade, é um sistema de gestão integrada das águas, e dentro desse sistema nós temos vários módulos, entre eles a outorga, fiscalização, qualidade da água, enfim, é um sistema bem completo. Mas a gente não conseguiu, de fato adotar esse sistema. E aí a gente partiu para um plano B, que seria articular com a Agência Nacional de Águas para a gente adotar a Plataforma Águas Brasil, que é um sistema desenvolvido pelo SERPRO. Então, é um sistema muito bom, foi pensado pela equipe da ANA (Agência Nacional de Águas) junto com a equipe do SERPRO, inclusive para atender as demandas dos estados. Esse sistema foi disponibilizado para todos os estados, e aquele que tem interesse manifesta por meio de ofício. O secretário manda ofício, ou então o presidente do instituto, o que a gente já fez. Manifestamos interesse pela adoção desse sistema, que vai ser muito útil na celeridade da análise dos processos de outorga, automatizar a emissão, fazer cálculos de área de drenagem, de vazão, isso já é feito tudo de forma automática. É bom também porque evita certos erros na análise de cálculo. Enfim, a gente já começou essa articulação. Já manifestamos interesse nessa plataforma para todos os estados assinarem, de forma multilateral, esse

ACT com a Agência Nacional de Águas, para adotarmos esse sistema, que será de grande importância para toda a Amazônia. E ele vai ser customizado para a realidade de todos os estados, considerando, claro, as realidades em relação aos recursos hídricos e também às questões normativas de cada estado.

**Maria Antônia (DERHQA/SEMA):** Só para complementar que esse acordo vai ser assinado dia 05 de maio, lá no âmbito do Fórum Brasil das Águas. Dizer que o Estado do Acre coordena esse grupo técnico da Agenda Azul da Amazônia Legal e que esse acordo vai ser assinado com os nove estados da Amazônia Legal. Então, o IMAC já manifestou interesse de adesão, e a gente acabou de receber o contrato, e vai ser assinado dia 05 de maio, no período da manhã, lá em São Luís, no Maranhão, no âmbito do Fórum.

**Luís Carlos (IMAC):** Isso. Inclusive, a gente teve que refazer. Nós apresentamos este ano, no relatório Progestão, um plano com cronograma de execução. Na verdade, a gente fez uma proposta tendo em vista que as atividades e ações que constam nessa proposição são divididas com outras instituições, inclusive a Agência Nacional de Águas. Então, nós fizemos um plano com proposta de ações para a gente concretizar e, de fato, começar a usar essa plataforma até o final ou início de 2027. A gente já submeteu à ANA, e ela vai fazer as adequações em relação a esse cronograma de execução, porque isso também tem o tempo deles, tem a disponibilidade da equipe. E isso vai envolver equipes de TI, tanto da ANA quanto do Estado. Então, eu acho que, no máximo, se Deus quiser, até o início de 2027, a gente vai estar com esse sistema rodando. Se tudo der certo, essa é a nossa previsão.

**Camilo Mendes (FAEAC):** Luiz, a minha dúvida era se você já tem um ambiente de teste dessa plataforma, que a gente possa acessar. A gente, na Federação, não sei se chegou para você já, ou se vai chegar um ofício convidando alguém do setor de outorga para apresentar o sistema, se for possível, para a gente, para que possamos verificar se está passando por ajustes próprios do Acre, quais ajustes estão sendo feitos, e se a gente teria acesso a um ambiente de teste também antes de ela entrar em produção.

**Luís Carlos (IMAC):** A gente pode verificar isso, Camilo, mas, no momento, não tem nada. O que tem lá, na verdade, é um direcionamento. Hoje, quando você entra na plataforma, qualquer pessoa pode fazer cadastro. Inclusive, aqui tem colegas que já fizeram cadastro lá para conhecer um pouco do sistema. O que tem lá de ferramenta a gente já pode dar uma olhada para ir se ambientando. Mas o que acontece hoje é: se você entrar e lançar uma coordenada, e eles verificarem que essa coordenada cai dentro do estado do Acre, eles vão direcionar, atualmente estão direcionando para o site do IMAC. Ele referencia o IMAC. Contudo, não tem nenhum ambiente ainda dentro do sistema customizado, adaptado para cá. Isso ainda vai ser feito. E, quando for feito, a gente vê essa possibilidade de estar disponibilizando. Com certeza vai ter um momento de teste, e a gente vai verificar também essa possibilidade de liberar esse ambiente para que os usuários possam entrar e fazer essa avaliação. Por enquanto, não tem nada. Na verdade, eu estou olhando aqui, vocês vão dar uma olhada aí, que sistema de informação: a gente está no nível três, Variável 3.5. Sistema de Informações, autoavaliação: 3. A gente, infelizmente, não está no nível quatro, que é a variável que eu falei antes, porque a gente não tem um sistema realmente único que agregue todas as informações. A gente tem informações que estão disponibilizadas, mas não estão agregadas. Com relação ao suporte à decisão, Variável 3.7. Modelos e Sistemas de Suporte à Decisão, autoavaliação: 2, a gente está no nível dois ainda. Mas eu acredito que, com essa adoção da plataforma, a gente consiga realmente sair desse nível para o nível três, que é o nível máximo. Bom, pesquisa e inovação é outra variável, Variável 3.6. Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, autoavaliação: 4. A gente já está no nível máximo. Como vocês podem ver, é quatro. Então, a gente vem elaborando alguns estudos que a Agência Nacional de Águas pede. Inclusive, a gente fez em 2024, e esse estudo ficou valendo até 2025. Dentro desse estudo já estava toda aquela previsão de adoção de convênio, contratação de empresa, pegar o sistema lá da UFAL que eu citei. Então, foi apresentado um estudo, inclusive esse estudo foi apresentado em nível nacional, porque foi um estudo muito interessante. E aí a ANA pediu para a gente, dentro de boas práticas, apresentar para outros estados. Mas acabou que a gente não conseguiu, de fato, executar esse plano tecnológico que nós elaboramos. Inclusive, como eu falei anteriormente, a gente já fez outro plano abordando a questão da Plataforma Águas do Brasil. Mas o fato é que a gente vem apresentando a proposta de unificar os dados de gestão de recursos hídricos em nível de Brasil. Essa é uma proposta da própria Agência Nacional de Águas. A gente não pode pensar em fazer gestão em nível estadual de forma desarticulada com o nacional. A gente sabe que nossos rios estaduais estão interligados e alimentam, são afluentes dos rios federais. Então, não tem como fazer gestão de recursos hídricos de forma desarticulada com a Agência Nacional de Águas. A gente vem caminhando com isso junto à ANA, no sentido de automatizar a disponibilidade de informações, para que tudo seja instantâneo. E, se a gente usar a plataforma, vamos estar usando a mesma plataforma da Agência Nacional e, obviamente, esses dados serão atualizados instantaneamente. Na medida em que a gente for emitindo outorgas aqui, a ANA já estará sabendo que a gente emitiu uma outorga em um afluente do rio Acre, por exemplo, que é um rio federal. E assim, quando for analisar uma outorga no rio Acre, por exemplo, ela já vai considerar que o Estado emitiu uma outorga lá no afluente. Então, isso é muito interessante para a gestão das águas. A questão da automatização, que eu já falei, é muito importante. A questão da outorga também. Essa automatização tem que ser dos dois lados: a gente tem que ter esse dado atualizado tanto nacional quanto estadual. Se a ANA emite um ato de regularização, a gente precisa saber aqui também, e assim sucessivamente. E, claro, o sistema vai nos dar esse apoio na hora de fazer uma avaliação da disponibilidade hídrica. Quando eu lançar uma coordenada de um usuário que está solicitando outorga em um rio

estadual, ele já vai acusar se tem uma outorga federal a jusante, vai acusar se tem uma outorga estadual a montante, e já vai fazer esse cálculo e demonstrar, de fato, no momento da análise, o que tem de disponibilidade hídrica e o que a gente pode outorgar. E é isso, gente. A pauta aqui, nessa variável, é essa automatização e essa articulação com a Agência Nacional.

**Maria Antônia (DERHQA/SEMA):** Ações lá da sala de situação: eles realizaram mapeamento das zonas inundáveis em alguns municípios. A secretária já até citou esses municípios onde foram realizados mapeamentos para fazer parte da plataforma. E aí nós vamos para a gestão de eventos críticos, Variável 3.8. Gestão de Eventos Críticos, autoavaliação: 4, que a gente já estava no quatro, e permaneceu no quatro. A sala de situação faz esse monitoramento contínuo da bacia do rio Madeira, através dessa sala de situação, que é em parceria com o Governo Federal. Então, tem a sala de situação da Agência Nacional de Águas, onde os técnicos da sala de situação participam das reuniões, com informações a respeito da bacia do rio Madeira. A atuação integrada também é realizada com a Defesa Civil. Como eu falei anteriormente, a Defesa Civil é o nosso grande parceiro na manutenção das plataformas e de outras atividades das réguas que têm nos diversos rios do Estado. A gente também tem parceria com instituições nacionais, estaduais e municipais para melhorar a resposta da sala de crise. Na verdade, eu coloquei como sala de crise, porque toda vez que se tem uma situação de emergência, tanto em termos de secas extremas quanto de alagações, o Governo do Estado tem uma sala de crise para tomada de decisão. Então, é um instrumento de gestão, porque ancora as decisões que são tomadas pelos diversos gestores em nível municipal. Participam várias instituições do governo estadual, federal e dos municípios onde está acontecendo o evento. Outra coisa é a divulgação sistemática de informações sobre eventos críticos. A gestão estadual realiza conferências todos os anos: tem o pré-seco, a pré-cheia e também a emissão de boletins e informes divulgados pela sala de situação do Estado. Então, a gente permaneceu no nível quatro, que é o nível máximo. E esse último aqui eu vou passar novamente para o Luiz fazer um comentário rapidinho.

**Luís Carlos (IMAC):** Outorga, Variável 4.1. Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos, autoavaliação 4, foi uma variável que a gente conseguiu avançar para o nível máximo. A gente já está no nível quatro há alguns anos. A gente tinha uma certa dificuldade em relação à diluição de efluente, mas agora a gente já começou a fazer essa diluição. Na verdade, já tem uns dois anos que a gente faz. Essa variável consiste na declaração do quantitativo de outorgas emitidas pelo Estado. Então, como vocês viram na variável de cadastro, a gente cadastrou 1.582 atos emitidos em 2025. Então, a gente casa essas duas variáveis: emite um quantitativo de outorgas e precisa cadastrar todas no sistema. Então, a gente está ok com essa variável. Fiscalização: já tem um viés diferente. Infelizmente, a gente não consegue fiscalizar todos os usos regularizados, por falta de recursos financeiros, logísticos e humanos. Então, o que fazemos é uma seleção por amostragem, por município, com critérios pré-estabelecidos. O principal critério é esse. Para 2026, estamos priorizando usos vencidos, onde o usuário não retornou para renovar a outorga. Em 2025, fizemos 14 campanhas. Propusemos fiscalizar 280 empreendimentos, mas ultrapassamos esse número: fizemos 327 e notificamos 29 usuários. Essas campanhas não têm caráter repressivo. Estamos priorizando a educação. Muitas pessoas ainda não conhecem o que é outorga. Então, notificamos para regularização ou correção de informações. E, na fiscalização, também estamos no nível máximo.

**Maria Antônia (DERHQA/SEMA):** Programas indutores: são investimentos em recuperação de áreas de APP e melhoria da qualidade dos recursos hídricos. Em 2025, a SEMA captou 15 milhões para várias ações, principalmente recuperação de APP (Área de Preservação Permanente) e nascentes. Também temos cerca de 290 mil dólares gerenciados pela UNESCO. A UNESCO vai publicar edital para diagnóstico de nascentes nas duas APAs (Áreas de Proteção Ambiental): APA do Amapá e APA do São Francisco. Também será contratada empresa para recuperação de 30 hectares de APP e 20 nascentes. Além disso, haverá instalação de fossas sépticas nas duas APAs. A quantidade ainda depende de diagnóstico. Esse recurso foi captado via projeto submetido ao fundo da ONU.

**Judson Ferreira Valentim (EMBRAPA):** Essas fossas sépticas que vocês vão instalar, a Embrapa tem um sistema de fossa séptica. Por isso estou curioso em saber se são desse modelo ou outro.

**Maria Antônia (DERHQA/SEMA):** Professor, essa definição foi passada para a SEHURB, porque a SEMA não tem engenheiros para elaborar o termo de referência. Eles informaram que precisam de estudo de solo, principalmente na APA do Amapá, por conta do aquífero. Já coletaram o solo e enviaram para análise. A partir disso será definido o tipo de fossa.

**Judson Ferreira Valentim (EMBRAPA):** Essa fossa séptica da Embrapa tem vídeos e publicações. Já foi implantada em quase 100 mil famílias no Brasil. Inclusive no Acre e em comunidades indígenas em Roraima. A vantagem é que o efluente pode ser usado como adubo orgânico. Seria interessante disponibilizar essas informações.

**Maria Antônia (DERHQA/SEM):** Ótimo, professor. Amanhã teremos reunião com a SEHURB e vou levar isso. Posso encontrar no site da Embrapa?

**Judson Ferreira Valentim (EMBRAPA):** Se pesquisar no Google, encontra. Mas me manda mensagem depois que eu te envio os links.

**Maria Antônia (DERHQA/SEMA):** Certo, vou sim. Então, Variável 4.7. Programas e Projetos Indutores , autoavaliação: 3, nos programas indutores, o nível máximo é três, e estamos no três. Fundo estadual: ainda não há recurso específico para gestão hídrica, por isso não avançamos. Variável 4.4. Sustentabilidade Financeira, autoavaliação: 2. Sustentabilidade financeira: estamos no nível dois, pois ainda dependemos de recursos externos. Variável 4.3. Cobrança, autoavaliação: 2. Cobrança pelo uso: nível dois, ainda não implementado na Amazônia. Variável 4.8. Alocação Negociada de Água, autoavaliação: 2. Alocação negociada: não temos esse instrumento. Então, esse é o nosso quadro de autoavaliação.

**Camilo Mendes (FAEAC):** Em um slide anterior, vocês apresentaram um levantamento sobre transbordamento de rios. Minha dúvida é se vocês estão utilizando o estudo da SPU, que fez mapeamento dos rios federais do Acre e áreas de transbordamento. Isso está sendo usado por cartórios, inclusive para georreferenciamento. Eu queria saber se vocês já estão utilizando esses dados.

**Maria Antônia DERHQA/SEMA:** Desculpa, Camilo, mas eu não consegui entender. Ficou cortando a sua fala. Você pode repetir? Você está perguntando se a gente está utilizando os dados de quê?

**Camilo Mendes (FAEAC):** Estudo de mapeamento dos rios federais do Acre. Esse estudo foi elaborado e publicado pela Secretaria de Patrimônio da União no final de 2024, se não me engano, e ele já está em uso nos cartórios do Acre. A área de transbordamento dos rios já é considerada área da União, e os proprietários rurais estão tendo que refazer o georreferenciamento dos imóveis, removendo essas áreas. Eu queria saber se, nesse estudo de vocês sobre transbordamento de rios, vocês já estão considerando esse estudo da Secretaria de Patrimônio da União.

**Renata Silva e Souza (Presidente/SEMA):** Você tá falando do Acre Climate?

**Camilo Mendes (FAEAC):** Não. É que ele citou a questão de transbordamento dos rios em um slide anterior, que acabou passando. Eu levantei a mão lá atrás e acabou não me dando a palavra. Se o Estado do Acre está utilizando os dados do estudo do Governo Federal sobre transbordamento dos rios.

**Maria Antônia (DERHQA/SEMA):** De qualquer forma, até onde eu sei, não desse estudo, porque o próprio Estado realizou o mapeamento das áreas alagáveis, não em termos de delimitação de área de APP. Você está falando daquele levantamento para o Patrimônio da União, que foi feito, não é isso? Que eles delimitaram a nova área? Nós, da SEMA, não utilizamos. Não sei se o IMAC está utilizando, mas nós não. Porque, quando se fala em áreas alagadas, na verdade, esse estudo foi feito pela própria SEMA, em parceria com a CPRM (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais), a Agência Nacional de Águas e o SIPAM (Sistema de Proteção da Amazônia). certo, secretária? Eles fizeram esse mapeamento das áreas alagáveis e inundáveis. Então, delimitaram até onde essas áreas iam nos municípios que a secretária citou, justamente para basear essa plataforma. Mas não esses dados que você está falando, divulgados pelo Patrimônio da União. Não, porque esse recorte é muito voltado para a gestão territorial, o que pode impactar mais o ITERACRE ou o próprio IMAC na fiscalização. Mas a SEMA ainda não está utilizando. Talvez agora, com o estudo do Plano Estadual de Recursos Hídricos, eles tenham que levar em consideração todo esse normativo. Mas, por enquanto, a SEMA não. Porque a gente fez os estudos, quando você viu aqui, quando citamos essas áreas inundáveis foi a própria Secretaria de Estado de Meio Ambiente, em parceria com a Defesa Civil e os outros órgãos que eu citei anteriormente, que fez esse estudo e delimitou essas áreas.

**Camilo Mendes (FAEAC):** Esse estudo da SPU (Secretaria do Patrimônio da União) é um estudo de georreferenciamento de alta precisão. A delimitação do rio é de alta precisão. Não sei se o transbordamento também é de alta precisão.

**Maria Antônia (DERHQA/SEMA):** Entendi. Eu não conheço. Para ser bem sincera, eu ouvi falar do estudo, mas eu, particularmente, não conheço. Mas acredito que vai ser muito aproveitado na elaboração do plano. Inclusive, vou até anotar aqui para, quando a gente tiver o plano de trabalho, eles levarem isso em consideração.

**Renata Silva e Souza (Presidente/SEMA):** Perfeito. Sem mais, podemos colocar para votação. Nós temos quórum ainda, Steina, para votação?

**Steina Ribeiro Cascais/ (Secretaria Executiva):** Temos, estamos no limite de onze.

**Renata Silva e Souza (Presidente/SEMA):** Perfeito. Então, diante da apresentação que a Maria Antônia fez do Progestão, com relação aos formulários, eu coloco aqui em votação a aprovação desse documento. Peço que votem no chat e, se tiver alguma manifestação contrária, que também se manifeste no chat, por favor. E quem estiver presencialmente pode fazer uso da palavra.

**Joaquim Clécio Lopes da Silva/SEICT:** SEICT aprova

**Josicley de Souza Azevedo/SEAGRI:** SEAGRI aprova.

**Renata Silva e Souza/SEMA:** Perfeito. Vamos olhar no chat. Então, EMBRAPA aprova, FAEAC aprova, FIEAC aprova, ASPPIBRA, AMAC aprova, FUNAI aprova, IMAC aprova, ITERACRE aprova, IBAMA aprova. Então, temos aprovação por unanimidade do Formulário de Autoavaliação: avaliação das metas de gestão de águas no âmbito do Sistema Estadual – PROGESTÃO 2025, 3º Ciclo. Ou alguém quer manifestar voto contrário?

**Steina Ribeiro Cascais (Secretaria Executiva):** Aprovado por unanimidade, Renata.

**Renata Silva e Souza (Presidente/SEMA):** Perfeito. Agora vamos passar para a última pauta, última apresentação do dia, bem mais rápida também.

**Ivo Péricles dos Santos Sena (IMAC):** Renata, eu só quero, como conselheiro, deixar registrado: parabenizar toda a equipe da SEMA, através da Maria Antônia, e do IMAC, através do Luiz, pelo belo trabalho que vêm conduzindo esse projeto. O Progestão é uma prova de que, mesmo com pouco recurso, mas com uma equipe disciplinada, com objetivos muito claros, a gente tem resultados significativos. Eu acho que é um exemplo de que parcerias podem ser construídas dentro do próprio governo. E, nesse caso, a SEMA e o IMAC estão de parabéns.

**Renata Silva e Souza/SEMA:** Obrigada pelo registro. Vou passar a palavra para a Maria Antônia para dar continuidade.

**Maria Antônia (DERHQA/SEMA):** Aqui eu vou apresentar o relatório de aplicação dos recursos financeiros. O saldo inicial de 2024 era R\$ 1.375.500,00. Aí nós tivemos uma parcela transferida em 2025, já no finalzinho do ano. Por isso que a gente tem esse saldo em conta em 2025, porque essa parcela já veio com redução. O nosso recurso era para ser R\$ 1.400.000,00, como eu falei no início. Houve esse contingenciamento e eles nos repassaram R\$ 953.743,00. Rendimentos e devoluções: R\$ 130.295,07. Total de receita disponível: R\$ 2.459.538,07, juntando os dois anos. O total das despesas executadas em 2025 foi de R\$ 1.400.157,77. O saldo final do Progestão em 2025, em conta para execução das metas de 2026, é de R\$ 1.059.380,30. Como esse recurso foi aplicado: com empresa terceirizada, R\$ 621.567,02 (44,4% do recurso). Com capacitação: realizamos 14 cursos em vários municípios. Também houve treinamento técnico específico para manutenção de sensores, com custo de cerca de R\$ 20 mil, mais passagens e diárias. Monitoramento da qualidade da água: R\$ 135.153,72, com quatro campanhas anuais em dezessete pontos, além de eventos como mortalidade de peixes. Fiscalização: R\$ 84.322,65. Rede hidro e sala de situação: R\$ 56.510,06. Segurança de barragens: R\$ 28.420,94. Total: R\$ 1.400.157,77. Alguma pergunta?

**Renata Silva e Souza/SEMA:** Então, essa é a proposta do desembolso. Vamos colocar para votação. Peço que utilizemos o mesmo sistema.

**Joaquim Clécio Lopes da Silva/SEICT:** SEICT aprova.

**Josicley de Souza Azevedo/SEAGRI:** SEAGRI aprova.

**Renata Silva e Souza/SEMA:** Vamos contabilizar o chat: aprovação da EMBRAPA, IMAC, FAEAC, ASPPIBRA, ITERACRE, FIEAC. Então temos aprovação de todos. Alguma consideração?

**Maria Antônia (DERHQA/SEMA):** A gente o formulário de autodeclaração, porque o Estado precisa dar contrapartida para receber recurso adicional. Em 2025, conseguimos declarar R\$ 200.535,04 como investimento. Teríamos direito ao dobro, mas, devido ao contingenciamento, não será repassado. Esse formulário é apenas para conhecimento.

**Renata Silva e Souza (Presidente/SEMA):** Essa documentação foi enviada por e-mail. Se houver dúvidas posteriores, podem questionar no grupo ou formalmente. Com isso, encerramos a reunião extraordinária do CEMAF. Agradeço a participação de todos. Estamos à disposição. Bom dia.

**Maria Antônia (DERHQA/SEMA):** Obrigada. Obrigada a todos.

#### 4.1. Submissão e votação:

Formulário de Autodeclaração: avaliação das metas de investimento no âmbito do sistema estadual – PROGESTÃO 2025, 3º Ciclo ( SEI nº. 0020516082). Aprovado por unanimidade.

Formulário de Autoavaliação: avaliação das metas de gestão de águas no âmbito do Sistema Estadual – PROGESTÃO 2025, 3º Ciclo (SEI nº 0020516409. Aprovado por unanimidade.

Aplicação dos recursos financeiros do PROGESTÃO, referente a 2025 (SEI nº 0020516524). Aprovado por unanimidade.

#### 4.2 Encaminhamento:

Encaminhar a Assessoria Jurídica para elaboração da Minuta de RESOLUÇÃO CEMAF/ SEMA nº 01/2026. *Aprova o Formulário de Autodeclaração: avaliação das metas de investimento no âmbito do sistema estadual – PROGESTÃO 2025, 3º Ciclo; o Formulário de Autoavaliação: avaliação das metas de gestão de águas no âmbito do sistema estadual – PROGESTÃO 2025, 3º Ciclo; e o Desembolso Anual do PROGESTÃO Acre, referente à aplicação dos recursos financeiros no exercício de 2025.*

Resolução CEMAF nº 1/2026. [Aprova as metas de gestão de recursos hídricos e a aplicação dos recursos financeiros no âmbito do Sistema Estadual, relativas ao PROGESTÃO 2025, 3º Ciclo, nos termos do Contrato nº 007/2024/ANA – PROGESTÃO III.](#)

## 5. Encerramento

às 11h35min.



Documento assinado eletronicamente por **RENATA SILVA E SOUZA, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 19/08/2026, às 10:51, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0020475102** e o código CRC **4077005B**.